

O ESTATUTO DA DETERMINAÇÃO LINGUÍSTICA NA GRAMÁTICA HISTÓRICA DE SAID ALI E A DIMENSÃO DISCURSIVA

Gesualda dos Santos RASIA
Universidade Federal do Paraná (UFPR)

RESUMO

O presente estudo põe em pauta, a partir da Análise do Discurso, a questão da determinação linguística na Gramática Histórica de Said Ali (1931), estabelecendo como questão central a determinação enquanto observatório dos processos discursivos. Para tanto, busca entender como construções determinativas acerca de mudanças na língua, presentes na referida gramática, materializam processos discursivos e como se dá a de-sintagmatização de saberes que aí intervêm. Analisa, também, que jogos de força entram em cena, nesse processo, especialmente com relação ao campo de disputa língua culta x língua popular.

ABSTRACT

The present study brings forth, from the Discourse Analysis, the question of the linguistic determination in Historical Grammar of Said Ali (1931), establishing as central issue the determination while observatory of discursive processes. To that end, it seeks to understand how determinative constructions about changes in language, present in the referred grammar, materialize discursive processes and how the desyntagmatization of knowledges occurs that intervenes there. It also analyzes which games of power come into play in this process, especially with regard to the field of dispute of cultivated language x popular language.

PALAVRAS-CHAVE

Determinações. Gramática histórica. Língua culta. Língua popular.

KEY-WORDS

Cultivated language. Determinations. Historical grammar. Popular language.

Introdução

O contexto de emergência da Análise do Discurso, na França dos anos 60, foi o da resistência política, a qual, bem o sabemos, produziu efeitos nos modos como as ciências da linguagem compunham seu edifício teórico-metodológico. Nas palavras de Eni Orlandi, na introdução de “A inquietação do discurso”, Michel Pêcheux funda, nessa época, uma nova forma de conhecimento e estabelece um novo objeto de linguagem, circunscrito às disciplinas de interpretação, porém, passando a reivindicar o gesto descritivo (2003, p. 11). Tal reivindicação vai redundar em consequências de peso para a tomada da linguística e da gramática nas décadas que se seguirão, essencialmente no que tange ao estatuto da língua, cuja materialidade propõe-se seja concebida na confluência com a materialidade histórico-ideológica, ponto de encontro esse que irá possibilitar a observação do objeto discurso, caracterizado por Malidier (2003, p. 15) como “um verdadeiro nó”. Nó que faz convergir o âmbito do descritivo com o do interpretativo, importa sublinhar.

Língua, história e sujeito, eis o liame desse objeto, eis as pontas que o tal nó amarra. Objeto caro a nós, analistas de discurso, e em cuja valoração, feita a partir de sua exterioridade teórica, não raro encontra-se a compreensão equivocada de anulação do sujeito, assim interpretada no mote da *determinação*. É justamente a determinação que este estudo foca, procurando entender como, ao se realizarem linguisticamente, no âmbito gramatical, os processos determinativos abrem espaço para que aí mesmo se visualizem, via desatamento do nó-discurso, os processos discursivos, ou seja, a articulação da língua com a história, e, destaque-se, história que não é cronologia, mas produção de sentidos, *historicidade*. Por essa razão, escolho como materialidade de análise, enunciados da Gramática Histórica de Said Ali (1931)¹, no afã de promover esse

¹ Para este artigo foi consultada a edição de 1964, a qual contém o Prólogo da Lexeologia do Português Histórico, reproduzido posteriormente na Gramática Histórica.

deslocamento: do olhar sobre a história à compreensão da historicidade possível de ser produzida em formulações ali presentes, produzindo o sentido destas.

1. Sobre a determinação como espaço de interpretação

O substrato e fundamento do processo de desamarra que possibilita se entrevejam as pontas que se encontram enredadas no liame discursivo são as condições de produção, noção nodal no interior do projeto da AD. Principalmente porque coloca um dado discurso em relação a outros discursos possíveis e também em relação às semelhanças e diferenças em sua própria interioridade. Interioridade que comporta diferenças porque a instância que determina a ordem do dizer, a Formação Discursiva,

É constituída-bordeada pelo que lhe é exterior, logo, por *aquilo que aí é informulável, pois é o que a determina* (...) e esta exterioridade constitutiva não poderia em nenhum caso ser confundida com o *espaço subjetivo da enunciação*, espaço imaginário que assegura ao sujeito falante seus *deslocamentos no interior do formulável* (PÊCHEUX, Langages 37, apud MALDIDIER, 2003, p. 43).

O procedimento para recompor as amarras é a via do linguístico, porém invertida em relação ao cânone legado pelo estruturalismo: trata-se de deslinearizarem-se os encaixes sintáticos, *reduzindo-os a enunciados elementares de um número de lugares fixos*, mais uma vez, evocando, aqui, palavras de Maldidier (2003, p. 23). A partir das colocações dessa autora, podemos afirmar que, nesse processo, a determinação, diferentemente de um processo de engessamento do sentido, corresponde, antes, a um entorno de delimitação do que seria, em princípio, a dispersão

dos sentidos. Trata-se do estabelecimento de uma regionalização, de fronteiras (porosas sempre, bem o sabemos) as quais possibilitam que se estabeleçam contornos para o que poderia ser uma vazão incontrolável. A questão que toca a nós, analistas de discurso, é traçar, descrever os limites fugidios dessa fronteirização e linká-las à ordem política de que emergem, no jogo de forças com o espaço imaginário de subjetivação de que falava Pêcheux e que torna possível a ordem do dizer: eis a determinação como espaço de interpretação.

A tomada acerca da determinação emerge no campo filosófico, tendo como um de seus objetos de análise as orações relativas, e daí se expande para o campo gramatical, mantendo como questão de fundo a dicotomia necessário/contingente. E é essa questão que a teoria do discurso põe em causa e problematiza para proceder à descrição da relação da língua com sua exterioridade.

O projeto de racionalização das línguas, de Port-Royal, no século XVII, pode ser um dos pontos de observação de tal abordagem no âmbito gramatical. A Gramática Racional de Arnauld e Lancelot (1992) Essa gramática funda-se em um pressuposto a partir do qual a ordem do pensamento determina a ordem da realidade. No século XVIII, Condilacc (filósofo francês, discípulo de Bacon e de Locke) propõe uma virada nessa perspectiva: é a realidade que funda o pensamento. Segundo historia Orlandi (2009), essa virada fazia eco a movimentos que se apresentavam já no interior do projeto racionalista, e que produziam

um deslizamento das análises que resultam de uma mudança na concepção da relação do homem com o mundo, e com sua natureza, e da tomada em conta, cada vez maior, das especificidades das línguas. Não é só a razão que conta (Penso logo sou) mas também a relação do homem ao mundo sensível (Penso e sinto, logo sou). (p.23).

Vale dizer que Frege, no século XIX, viria a conferir consequência significativa a essa virada, no campo da lógica, ao postular o modo de apresentação dos objetos como determinante na relação pensamento/realidade. O estatuto da dicotomia acidente/substância, implicada nessa tomada, é já antes implodido por Condillac, que vê, aí, uma relação de contiguidade que permite inverter a relação clássica. Consoante Orlandi (op.cit), “O pensamento é visto como quadro feito de elementos simultâneos, não servindo, portanto, de modelo para a ordenação dos elementos da linguagem. Não há mais ordem de referência exterior à linguagem e que esta refletiria. Ao contrário, *é a linguagem que é responsável pela constituição do pensamento seguido*.”² A autora segue apontando as consequências dessa mudança de perspectiva, sublinhando que tal inversão implica “*uma concepção do homem na história*”³. (p.24).

2. Sobre a ordem da história na ordem gramatical

Eis o ponto acerca do qual me interessa refletir: o estatuto da história (ou da historicidade, no caso) nas formulações gramaticais. Mais especificamente, na *Gramática Histórica* de Said Ali (1931). De que modo esse estatuto passa a ter então relevância e em que medida constitui-se lugar de interpretação, para além de uma suposta ordem cronológico-evolutiva? Para responder a esta questão reporto a Condillac e Chevallet, trazidos por Orlandi (2009, p. 24-25): O primeiro, por postular que os enunciados organizam-se a partir de um princípio externo, o qual transcende o plano da conexão das idéias (plano interno) e alcança o do interesse dos locutores. Isso virá a ser considerado pelo filósofo ao examinar a evolução das línguas. Quanto a Chevallet, o que vale para ele, segundo Orlandi (op.cit), é que

² Os grifos são nossos.

³ Os grifos são nossos.

o estudo das línguas se prende às ciências naturais na busca das leis constantes e às ciências históricas naquilo em que a divisão de uma nação em diferentes classes, como as mudanças de ordem política, devem ser tomadas em conta na explicação da transformação linguística (ORLANDI, 2009, p. 25).

É essa incidência da exterioridade na evolução das línguas que nos interessa, na medida em que produz consequências específicas na abordagem histórica da língua portuguesa, especialmente ao se levar em conta que esta goza esta de singularidades de ordem política decorrentes do processo de gramatização instituído na fratura em relação à língua-mãe.

Orlandi (op.cit., p.172) afirma que o português que se estabelece no Brasil historiciza-se em “um espaço de interpretação com deslizamentos, efeitos metafóricos, transferências que historicizam a língua”, a partir de processos de memória com deslocamentos que não correspondem à matriz portuguesa. A esse processo a autora designa de “a constituição da língua brasileira com suas variantes desse lado, no continente americano” (p. 88). Esse deslocamento de paradigma resulta no efeito do reconhecimento das variedades da língua portuguesa, num movimento não mais contrastivo entre o supostamente universal e o particular, mas dialético. Ou, numa outra perspectiva, um movimento de continuum, dado que a própria noção de centralidade é posta em causa: a língua são suas diferenças.

A consequência maior de tal deslocamento, no âmbito da perspectiva historicista, mostra-nos Orlandi (op.cit), é a produção de um sentido outro para mudança. Em vez da perspectiva evolutiva da Gramática Histórica do século XIX, a qual fundamenta-se no resgate do estágio mais antigo da língua e, em última instância, considerado também o mais legítimo, trata-se de considerar a língua enquanto já constituída. A autora sublinha que no caso da gramatização do português no Brasil a divisão

não se dá em relação ao mesmo, como foi o caso do português europeu e das línguas europeias de matriz portuguesa, nas quais estava implicada a mudança interna das formas do latim. Dado que a historicização do português brasileiro foi outra, de corrente das condições de emergência, instaura-se uma outridade cuja matriz de memória não é o latim. Trata-se de considerar a língua portuguesa em relação a si mesma. Nesse deslocamento, ela deixa de estar inscrita no eixo dicotômico pureza/deturpação, próprio de designações como “idiotismos”, “brasileirismos” e “vícios de linguagem”, por exemplo. Passa-se a falar nas diferenças a partir de seu estatuto de legitimidade, extraídas do lugar marginal que canonicamente lhe é conferido. Além disso, levam-se em conta, também, todas as demais línguas que influenciaram o processo de mudança, tais como as línguas indígenas, africanas e dos imigrantes, por exemplo. Outro deslocamento é o que se pode considerar como instrumento linguístico em um país colonizado, no âmbito das peculiaridades de seu processo de gramatização. Ao lado de gramáticas, dicionários e obras literárias, incluem-se no inventário que compõe essa cena documental, também ensaios vários e curiosidades, cfe. Orlandi (2009, p. 80). É nessa perspectiva que atento também para enunciados constantes no Prólogo da edição de 1921.

3. Sobre o contexto de emergência da Gramática Histórica de Said Ali

A Gramática Histórica de Said Ali teve sua primeira aparição no ano de 1908, com o título *Lexeologia do português histórico, seguida logo pela obra Formação de palavras e sintaxe do português histórico*. Em 1931, é publicada com o título pelo qual a conhecemos hoje.

Nessa época, a tendência filológica, que se firmara na Europa no século XIX, rompe com força na produção gramatical brasileira, segundo historia Mattoso (1975, p. 185). Essa tendência enfatizava a “visão de cada fato da língua como ponto de uma cadeia evolutiva, através do

tempo, a qual a ciência se propunha a depreender e interpretar.” Nesse contexto, Said Ali desempenha papel peculiar, pelos matizes que confere aos fatos evolutivos do português brasileiro, conforme discutirei logo mais.

O que se tem, então, em termos de Brasil é, de um lado, a produção massiva das gramáticas expositivas, cujo propósito maior era servir para fins didáticos. De outro, a produção simultânea, porém com outro propósito, de gramáticas históricas, a exemplo de Eduardo Carlos Pereira, e do próprio Said Ali. João Ribeiro, citado por Orlandi (2009, p. 64) elucida as diferenças de cada projeto, afirmando que enquanto a Gramática Histórica ocupa-se da evolução da língua (com as especificidades já aqui apontadas em relação às gramáticas produzidas em Portugal), já à Gramática Expositiva cabe coordenar fórmulas, leis ou regras, segundo as quais uma língua é falada ou escrita.

Vale dizer que a Gramática Histórica de Said Ali insere-se em um quadro político que punha em pauta, segundo Orlandi 2009, questões como língua nacional, povo e escola. Questões essas que não aparecem em cena sem contradições, e que respondem a determinados efeitos de sentido, consoante os modos como aparecem. Não é gratuito, por exemplo, o fato de que é a Gramática Expositiva que cumpre a função de objeto de ensino escolarizado no Brasil do século XIX, e não a Gramática Histórica. É a abordagem prescritiva que conta com inúmeras edições, configurando, inclusive, caráter mercadológico⁴, ainda que autores como João Ribeiro, Eduardo Carlos Pereira e o próprio Said Ali tivessem também produção de Gramática Histórica e defendessem o ensino desta, como pontua Orlandi (2009, p. 68).

A perspectiva histórica na abordagem gramatical pode-se dizer dividia-se em duas vertentes: aquela voltada a redesenhar os caminhos que perfaziam o reencontro com a língua-mãe, e a outra, que punha em confronto/contato a língua brasileira em relação a si mesma, conforme podemos apreender na exposição de Orlandi (2009). Esta segunda

⁴ Só para se ter uma ideia, a Gramática Expositiva de E.C. Pereira contou com 153 edições.

perspectiva é a que ganha visibilidade no projeto de Said Ali, sobre o qual me debruço a partir de agora, na busca da reconstituição de espaços de historicidade ali presentes. Para tanto, retomemos as principais rupturas instituídas em seu projeto gramatical:

Conforme historia Mattoso (1975), a produção de Said Ali emerge num contexto de intensa produção gramatical no Brasil, com ênfase na sistematização dos fatos linguísticos, do que decorria a necessidade de se estabelecerem diretrizes e conceituações para tal empreitada. A orientação teórica que norteia os estudos gramaticais de modo hegemônico e que passa a ser também a que norteia a maioria das gramáticas históricas então produzidas no Brasil é a histórico-evolutiva, com ênfase nos fatos fonéticos. O substrato que rege o fazer gramatical é a correção do bem falar e bem escrever, debitada, por Mattoso, a nossa distância em relação aos centros europeus e à ausência de estudos universitários à época. Contudo, este autor mostra o lugar diferenciado estabelecido por Said Ali na história das ideias, na medida em que este gramático, em tendo conhecimento da linguística europeia, especialmente a alemã, deteve-se nas bases doutrinárias para a sistematização nova dos fatos gramaticais portugueses.

Na avaliação de Mattoso, a Gramática Histórica de Said Ali configura-se “uma gramática expositiva, complementada por um cotejo com as antigas fases da língua (p.187). Assim é que, em vez da tendência histórico-evolutiva, “A sua fisionomia filológica é a do que hoje chamaríamos um ‘estruturalista’ vendo na língua uma ‘estrutura’, ou rede complexa, mas regularmente trançada, de fatos que se relacionam e se opõem em configurações muito nítidas que ao linguista cabe depreender”. (p.186). É nessa perspectiva que Said Ali ocupa-se de fatos concretos da língua, no afã de sistematizá-los, num esforço de isenção em relação ao determinismo do purismo gramatical e da autoridade imposta pela memória dos escritores clássicos do século XVI, então considerados os detentores da língua reconhecida. Seu foco é a língua cotidiana viva, sublinha Mattoso (op.cit). O privilégio aos fatos de língua

faz com que entrem em sua pauta de abordagem (e isso não apenas na Gramática Histórica), fenômenos como a entonação, o valor do futuro do pretérito, questionamentos acerca da ausência de sujeito em construções normalmente consideradas apassivadas, como em “aluga-se”, dentre outros tantos fatos.

Na investidura que Mattoso faz pelos projetos de diferentes gramáticos de nossa história, Said Ali constitui, ao lado de João Ribeiro um lugar de ruptura, em que pesem as respostas positivas ao espírito da época. O projeto de Said Ali pauta-se na abordagem descritivo-científica da língua, cujo compromisso não é o caráter prescritivo normativo, tampouco, também não é a recuperação da língua-mãe, considerada verdadeira e melhor, consoante o projeto histórico-comparatista do século XIX. Nas palavras de Mattoso,

vale em Said Ali o espírito arejado e lúcido com que encara os fenômenos linguísticos. Rechaça a preocupação do purismo, que cerceia a expressão e a empobrece, fatalmente, bem como o preconceito de que os clássicos do século XVI e XVII é que sabiam ler e escrever e devem ser nossos modelos, mostrando que eles representavam outra cultura e imitá-los servilmente nos desambientará da cultura atual.(op. cit. p.188-89).

4. Da determinação gramatical à determinação discursiva

Para se pensar acerca do que é uma língua e do que a constitui, para além da forma que implica uma substância, há que se pensar acerca do que se diz acerca das relações entre esse par forma-substância. É essa a perspectiva que move o olhar do analista de discurso ao olhar as formulações gramaticais. Não ocupa ele o lugar do gramático, nem

tampouco o do linguista, mas pode habitar o entremeio dessas duas discursividades, no afã de apreender como se dá sua constituição, a partir da própria gramática, depositaria de formulações que não raro reportam ao conflito entre as duas perspectivas. E por ser esse lugar de entremeio que me interessa é que não me restringirei às formulações gramaticais em si, tão somente. Podem interessar, por exemplo, textos de apresentação, prólogos e congêneres. É nesse sentido que trago, inicialmente, uma Sd do prólogo da 1ª Edição da *Gramática Histórica* de Said Ali, então designada *Lexeologia do Português Brasileiro*, de 1921, no qual se faz presente uma divisão que percorrerá o corpo dessa gramática, e que diz acerca de qual língua estava em pauta para Said Ali:

Sd 1 Não ficou, nem podia ficar estacionário o português moderno; e, assim temos de designar pelos qualificativos *quincentista*, *seiscentista*, *setecentista* a linguagem própria das respectivas eras. Reservo a denominação de português hodierno para as mudanças características do falar atual **creadas ou fixadas recentemente, ou recebidas do século XIX**, ou que porventura remontam ao século XVIII. (p.8) ⁵

Dentre o que está posto em causa nessa afirmação, duas delas merecem destaque, segundo meu foco de interesse: primeiramente, em que pese a presença e importância da língua latina na gramática histórica enquanto “língua-mãe”, e num gesto de coerência na feição do que é uma gramática histórica, não é esta presença o único vetor para a colocação da língua em seu processo evolutivo na linha do tempo. A emergência da língua portuguesa no Novo Mundo goza de especificidades que constituem uma historicidade que é lhe própria. Em segundo lugar, e não desvinculado do primeiro, o fato de que sua temporalidade é a de

⁵ Grifos do autor.

língua já constituída e, por isso, a instauração do domínio de memória do português hodierno em contraste ao moderno, ainda mais recente. Nas determinações presentes em *criadas, fixadas ou recebidas*, interessa-me pôr em pauta a movência dos sentidos aí latentes, com o intuito de perceber o funcionamento da ideologia e o espaço dos diferentes sujeitos, usuários de uma língua que a sabemos desde sempre dividida: que posições e que forças jogam nesse processo? Como tal jogo nos ajuda a entender o que se mantém a dizer sobre a língua ainda hoje e as rupturas desses lugares de dizer? No mesmo prólogo encontram-se, já, pistas para a busca de respostas:

Sd 2 Ignora-se a data ou momento exato do aparecimento de qualquer alteração linguística. Neste ponto nunca será a linguagem escrita, dada a sua tendência conservadora, espelho fiel do que se passa na linguagem falada. Surge a inovação, formulada acaso por um ou poucos indivíduos; se tem a dita de agradar, não tarda a generalizar-se o seu uso no **falar do povo**. A **gente culta e de fina casta** repele, a princípio, mas com o tempo sucumbe ao contágio. Imita o vulgo, se não escrevendo com meditação, em todo o caso no trato familiar e falando espontaneamente. Decorrem muitos anos, até que por fim a linguagem literária, não vendo razão para enjeitar o que todo mundo diz, se decide também a aceitar a mudança. Tal é, a meu ver, a explicação não somente de fatos isolados, mas ainda o aparecimento de todo o português moderno. (p.8)⁶

Abro mão de adentrar a discussão acerca de uma das discussões implicadas na Sd, sobre a origem da mudança, como resultado de um processo sem causa e aparentemente debitada aos sujeitos, e de modo

⁶ Grifos do autor.

aleatório. O que me interessa é a divisão, fortemente marcada, entre os segmentos *povo* e *gente culta*, e como se dá a circulação dos saberes acerca da língua nessas duas instâncias, em termos de aliança e/ou de refutação em relação ao âmbito da criação literária. Trata-se, nesse caso, de um movimento contrário ao que normalmente se vê descrito, no sentido de a linguagem literária configurar-se como modelar, na medida em que é representativa dos falares considerados melhores e oriundos das camadas mais abastadas econômica e intelectualmente. Inversamente, é o âmbito da literatura absorvendo o que é considerado vulgar, a fala das gentes simples e sem instrução. Absorção que não se dá sem resistência ante a força do “todo mundo diz”, que se sobrepõe no jogo e acaba se impondo como registro de língua que passa a ser o modo cristalizado e até prestigiado. Contudo, não se pode deixar de ver que é o aval da gente culta e de fina casta que estabelece o âmbito da legitimidade, em oposição ao falar do povo. Processo de legitimação que acaba, muitas vezes, legando ao esquecimento o nascedouro das mudanças, talvez e principalmente por não serem de berço nobre. Nas palavras de Said Ali, “até o esquecimento, a memória negativa, é fator, e dos mais importantes, na evolução e progresso de qualquer idioma.” (p.7) É preciso pôr em relevo o funcionamento desse esquecimento, na medida em que é ele matéria do processo de sedimentação, e que aí mesmo nos permite entrever os lugares de embate, enquanto funcionamento da ideologia, o que não estava posto em causa por Said Ali, mas inevitavelmente não escapa a nós, analistas de discurso. Falar em esquecimento e memória, hoje, no escopo da AD francesa, implica deslocar o olhar analítico, da história cronológica para a historicidade, no ponto de movência onde os sentidos se produzem.

Said Ali introduz a discussão acerca da aparente dicotomia língua x dialeto, apresentando o histórico de formação das línguas românicas, lembrando o lugar do originalmente vulgo na linguagem literária e a mudança de estatuto no decurso do tempo:

Entre dialeto e língua não há diferença essencial senão a circunstancia de ser a língua aquele dialeto que, entre outros muitos usados no mesmo país, se preferiu empregar como linguagem de chancelaria, servindo para a escritura de todos os documentos oficiais. O dialeto, que se adotou na corte dos reis, passou a ser o falar da gente culta, ficando por fim a linguagem usada nas produções literárias. (p. 18).

Meu propósito, a partir de agora, é reconstituir, na Gramática Histórica de Said Ali, um rastro que recomponha a discursivização acerca da língua portuguesa no confronto consigo mesma, sua outridade interna, na divisão tão claramente marcada, desde o prólogo, entre a língua do povo e a língua da gente considerada culta. O fio que me conduzirá são formulações gramaticais que se fazem presentes em dois espaços, o primeiro no âmbito das formas do particípio e o segundo no âmbito do emprego dos relativos *quem* e *o qual*. Meu intento é mostrar como tal divisão materializa-se nas formulações, que domínios de pertencimento e de exclusão traça, e como nisso intervém a historicidade na história.

Com relação a alguns casos de duplo particípio, Said Ali descreve as razões da estabilização da forma irregular ao lado da regular:

Sd 3 Em português hodierno dá-se a **aceito** a função de particípio em competência com **aceitado**, privando o vocábulo da significação que outrora tinha; e já como concessão à tendência da linguagem popular nota-se um ou outro trecho de Vieira:

Mas que faria o Divino Assegurador, tendo já recebido, ou **aceita** em promessa em promessa a parte do cabedal? (Serm. 8, 283) – A mesma lançada que recebo depois de morto, já a tinha antevisto e **aceito**, estando vivo. (ib. 7, 351).(p. 148)

Já com relação ao particípio do verbo ganhar, processo gramatical similar se estabelece, com estabilização da forma irregular, contudo, com algumas particularidades de ordem política:

Sd 4 Ganhado e ganho: Particípio sempre usado em português antigo e português moderno é *ganhado*. Igual atribuição se deu ao vocábulo *ganho* no século XIX, e na incerteza entre as duas maneiras de dizer, vai-se manifestando hoje predileção pelo particípio intruso. Cotejem-se com o falar hodierno:

Vintém poupado, vintém *ganhado* (provérbio) – Sustentaremos a honra que temos *ganhada* (Castanheda I, 83) – estas cousas eram *ganhadas* (Barros, Déc. 1, 1, 11) (...) (p. 150).

Valem algumas observações: No caso do verbo *ganhar*, materializa-se o que Said Ali defendera no prólogo da 1ª edição de sua *Gramática Histórica*: o processo de concessão/absorção dos falares populares pelos registros literários. Já com relação ao particípio do verbo ganhar, o processo gramatical, pode-se dizer, é o mesmo, trata-se da prevalência da forma irregular sobre a regular. Contudo, percebem-se, aí, algumas particularidades de feição política. Os exemplos, do português que não o hodierno, conviviam ao lado da forma irregular, a qual, caracterizada pelo autor como “intrusa”, acaba por se estabilizar na temporalidade presente por ele apresentada. Soa de modo singular o adjetivo “intruso”, se pensarmos nos sentidos possíveis que acarreta, dentre eles, o resultado de um jogo de forças, de um uso que, não sendo dos mais esperados, acabou vencendo algumas barreiras para ocupar o estatuto que alçou. Afora isso, destaque-se a ocorrência do particípio regular no provérbio, o qual, diga-se de passagem, subsiste na instância do uso até hoje, constituindo-se, pode-se dizer, uso que migrou de uma forma legitimada para outra

em processo de desaparecimento. E quando legitimada, não deixemos de atentar para o detalhe, manifestação no âmbito do proverbial, ou seja, a boca do povo, e, por isso mesmo, defendo, revestida de um estatuto limítrofe entre o popular e o literário. Vale observar, ainda, que tal uso subsiste contemporaneamente como forma cristalizada, suscetível de ser considerada, inclusive, a partir de uma determinada perspectiva, como “erro”.

Com relação à origem e ao emprego dos interrogativo *o que*, Said Ali explicita que essa forma inicialmente soou estranha à língua, tendo demorado a se estabilizar, processo que gozou de aceitação primeiramente nas formas indiretas, e posteriormente nas diretas, nas quais sua cristalização decorreu mais de fatores fonéticos (a necessidade de entonação ao final da frase) que de semânticos. Já com relação ao emprego do referido pronome no início ou no meio de oração, Said Ali constata a possibilidade de o simples *que* poder ser substituído por *o que*, em razão de uma necessidade de relevo que se queira imprimir à construção, contudo, destaca que

Sd5 À necessidade desse relevo no começo da pergunta não se animaram os escritores a manifestar senão modernamente. Ao senso comum parece tão legítimo *dizes o quê?* Como *o que dizes?* (p.113)

Dois domínios de uso encontram-se aí justapostos, no âmbito da diferença: o dos escritores, sujeitos a quem historicamente se debita um uso atestado, legitimado e prestigiado, e o usuário leigo, representativo do senso comum. Mais uma vez, Said Ali mostra que o processo de estabilização dos usos linguísticos segue o caminho que vai do populacho ao erudito. E mais: afirma, na sequência, que exemplos de uso ladeado das duas formas, no âmbito da literatura, só são encontrados em textos do século XIX, embora a presença de *o que* na linguagem falada remonte ao século XV (p. 113). Observe-se o argumento apresentado por Said

Ali para essa distância entre o uso e a legitimação no cânone literário:

Sd6 Houve, neste longo período, da parte dos escritores o receio de afastar-se da tradição, não ousando eles admitir em suas obras uma expressão já sancionada pelo falar usual (p. 113).

O jogo de forças que se instaura opõe a tradição à fala corrente. Quatro séculos é o intervalo de tempo para que um uso próprio da oralidade angarie estatuto de legitimação na ordem da escrita. Said Ali, ao pôr em cena esse processo, na perspectiva do embate, situa-se no lugar de observador da língua em sua realidade histórico-material, diferentemente da posição descrita por Mattoso, acerca dos gramáticos em relação à padronização dos hábitos linguísticos, os quais, segundo esse autor,

ou se colocam exclusivamente no âmbito da língua literária, impondo-a impensadamente a todas as situações de comunicação linguística (...) ou, ao contrário, se situam fora da língua propriamente dita, para olhá-la de um ponto de vista lógico e daí legislar “filosoficamente”, podando e extirpando na realidade linguística tudo o que não se compadece com um esquema abstrato que a priori estabeleceu (...) (p. 177).

Considerações Finais

A tomada de alguns fatos de língua(gem) na Gramática Histórica de Said Ali, ora trazidos neste estudo, possibilitam que se coloque em tela de que modos construções determinativas acerca de processos de mudança na língua deixam intervir uma exterioridade que reporta a aspectos políticos acerca do que é a língua legitimada. A referência mostra-se como externa às estruturas linguísticas em si e diz, no recorte

feito, sobre os (des) encontros entre a linguagem popular e a literária. A linguagem literária como modelo a ser seguido, bem o sabemos, é herança do gesto alexandrino de descrição das estruturas da poesia clássica grega. Em que pese a especificidade de objetivos à época, tal empreitada acabou estabelecendo no ocidente a língua literária como balizadora do que se considera como bem dizer e escrever.

No caso específico do português que se sedimentou/sedimenta no Brasil, esse domínio de memória, com as peculiaridades que aqui o reconfigurou, não deixou de produzir sentidos, haja vista a recorrência de nossos autores clássicos no campo da exemplaridade nas gramáticas. O modo de dizer da literatura tem se constituído, pois, historicamente, como um dos marcos fronteiros entre o que se considera norma culta, em oposição aos registros populares - é claro que estou tomando, aqui, essas duas designações em sentido amplo, não trazendo à tona a diversidade teórica a que ambas reportam -. Mattoso (1976), ao pôr em causa a relação língua popular/língua literária, defende que, em que pesem as particularidades de cada uma, especialmente das forças centrípetas que atuam na língua literária, em contrapartida às forças centrífugas que atuam na popular (associada pelo autor à fala e cujo recobrimento de heterogeneidades as quais não discuto aqui), tem de haver uma deriva comum, sob pena de se criar uma cisão que tornaria a língua literária inadequada para a expressão da vida cultural. Segundo ele, “a realidade da língua oral tem de estar sempre presente nela (na língua literária) e ela tem de acompanhar, embora um pouco à distância, a linha central da evolução que ali se processa” (Mattoso, 1976, p. 226).

Said Ali, ao implementar seu projeto de Gramática Histórica, não desconsidera o embate língua popular x língua culta nos processos de mudança da língua. Ao contrário, o põe em evidência, dimensionado ainda pela variável língua literária. É certo que o faz não por uma simples partição dualista, que simplesmente opõe popular a culto, mas produz, consoante Barros (2009), uma segunda partição, que se encontra contida nessa dicotomia, a qual dá conta da distinção entre,

de um lado, os usos correntes pelo povo e considerados admissíveis e, de outro, aqueles interditados, por parecerem pouco naturais e simples. Mas acima de tudo, nos fornece pistas para que se percebam os embates que são travados no embate que estabelece a espessura da norma culta brasileira no decurso do tempo. Norma essa tecida pelo jogo de forças encetado pelas diferenças, pela produção de diferentes sentidos para cada realização num mesmo ponto da linha do tempo e também em diferentes pontos. Norma que corresponde sim, a um falar médio, representativo das camadas escolarizadas, mas que não necessariamente aí encontra seu nascedouro. Ora está ele no populacho, ora na erudição, e o trânsito entre uma esfera e outra não é regular nem simétrico. Esse jogo compõe a *historicidade da história*, signos distintos porque a primeira responde à possibilidade do sentido outro, aquele que não pode pura e simplesmente ser derivado das formas, já que “é preciso compreender que o mundo externo por si mesmo participa do sentido”, nas palavras de Aurox “(1997, p. 115). Assim é que as determinações produzidas no dizer sobre a língua, a exemplo do que consta nas Sds 1 e 2, materializam-se e produzem sentidos (não unívocos, evidentemente) nas Sds 3-6.

A recomposição de um dos lugares da História da Ideias Linguísticas sob a lente dos estudos do discurso possibilita desfazer e recompor as camadas que tornam possível o encontro da historicidade na história. E, acima de tudo, possibilita que se olhe para a língua portuguesa contemporânea ciente das divisões e filiações que lhe são historicamente constitutivas. Eis o espaço da interpretação.

Referências

ALI, M. S [1931]. **Gramática Secundária e Gramática Histórica da Língua Portuguesa**. Editora Universidade de Brasília, 1964.

ARNAULD, A. & LANCELOT, C. **Gramática de Port-Royal**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

AUROUX, Sylvaine. **“La réalité de l’hyperlangue.”** In: **Línguas**. v. 31, n. 127, p. 110-121, 1997. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/lgge_0458-726X_1997_num_31_127_2128> Acesso em 21 jan. 2011.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. **Le langage populaire dans les grammaires et les dictionnaires portugais**: quelques réflexions sur les «métaphores de Lula» et sur la traduction. Séminaire Histoire et Epistémologie des Sciences du Langage – 04 juin 2009. Disponível em: <<http://htl.linguist.univ-paris-diderot.fr/seminaire/luz.pdf>> Acesso em 20 jan. 2011.

GUIMARAES, Eduardo. **História da Semântica**: sujeito, sentido e gramática no Brasil. Campinas, SP: Pontes, 2004.

MATTOSO, Câmara Jr. Dispersos. **Tempo Brasileiro**, 15/16, Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1975.

ORLANDI, Eni. In MALDIDIER, Denise. **A inquietação do discurso**. Campinas, SP: Pontes, 2003.

_____, Eni. **Língua brasileira e outras histórias**. Campinas, SP: RG, 2009.